



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2016

Ano 41 – Nº 223

Rondônia lidera número de assassinatos no campo

Págs.: 8 e 9

PARA CADA MORTE, NÓS GRITAREMOS
MAIS FORTE: REFORMA AGRÁRIA JÁ!



Crise política:
Igrejas se manifestam

Pág.: 4

EDITORIAL

Tempo de remover pedras

Em meio às turbulências da grave crise política que se abate sobre a nação brasileira fechamos a primeira edição do Pastoral da Terra neste início de 2016. A radicalização comanda o cenário do país. Por meio das mais diversas formas de agressão, a elite que sempre comandou os destinos do país e se locupletou com os bens da natureza e dos bens públicos, tenta silenciar a voz de quem pensa de modo diferente. Algumas vozes ainda mantêm o equilíbrio e o discernimento como é o caso de Bresser Pereira. Ele, tucano desde a origem, e ex-ministro de Sarney e de FHC, em entrevista ao programa Espaço Público, da TV Brasil, no dia 22 de março, considerou o processo de impeachment da presidenta da República Dilma Rousseff um “golpe branco”. “Essa crise é muito estranha porque é uma crise em uma democracia que eu entendo consolidada. É uma crise que repete crises passadas, é uma crise em que liberais derrotados nas eleições resolvem tentar dar o golpe de Estado. Isso aconteceu no Brasil inúmeras vezes”, disse ele.

A crise econômica que o Brasil atravessa está sendo alimentada e potencializada pela crise política. O que está em jogo não é o bem do país, mas os interesses de grupos e partidos que desejam assumir o poder.

A CPT desde há tempos é crítica dos governos petistas que tem comandado o país nos últimos anos. Olhando desde a perspectiva dos povos e comunidades do campo, os governos do PT são indefensáveis. A Reforma Agrária foi relegada a um segundo, terceiro ou quarto planos. Foram os governos que menos reconheceram terras indígenas e territórios quilombolas. Resultado da crise, do encurralamento do governo e das políticas desenvolvidas é o crescimento da violência no campo em 2015, com 50 assassinatos registrados, o maior número desde o ano de 2004. 47 são na Amazônia, para onde avança a ocupação do capital. Violência que tem entrado com força em 2016, com destaque para a Rondônia.

Mesmo sendo indefensável o governo, o que se defende é a democracia. O que se rejeita é um golpe contra as instituições. É contra isto que as igrejas têm se posicionado, ressaltando a necessidade urgente de entendimento e diálogo. “O momento atual não é de acirrar os ânimos”, lembra a CNBB. Este também tem sido o tom das manifestações dos movimentos populares e o que se viu na Jornada de Luta das Mulheres Camponesas.

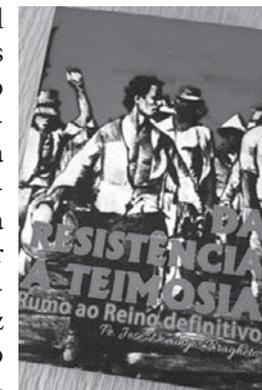
É tempo de Páscoa. É tempo de remover as pedras que impedem que a vida irrompa com força num ambiente em que a morte quer dominar.

Boa Leitura!



Da Resistência à Teimosia: Rumo ao Reino Definitivo

Ex-coordenador da CPT São Paulo e da Pastoral Operária, o padre José Domingos Bragheto é um dos principais personagens da luta de boias-frias da região de Ribeirão Preto na década de 1980, que levou à chamada Revolta de Guariba (SP). Adepto da Teologia da Libertação e sempre envolvido com os movimentos populares, José Bragheto resolveu, aos 68 anos, publicar, na forma de livro, o antigo diário que começou a escrever entre Jardinópolis, onde morou e vivem até hoje seus familiares, e Ribeirão Preto, onde cursou o Seminário, fez política estudantil e trabalhou como revisor no antigo Diário de Notícias. Histórias da luta política, dos bastidores da igreja católica e dos vários conflitos sociais dos que participou na região de Ribeirão Preto e na periferia de São Paulo dão o recheio à obra, na qual o religioso, destemido e sempre envolvido em polêmicas, não poupa críticas aos setores conservadores da igreja e fala de forma aberta de suas frustrações e das dificuldades para levar adiante sua luta entre os colegas. “A greve de Guariba me ensinou muito. Me sinto orgulhoso de um dia ter ajudado a classe trabalhadora a dar um passo avante na sua libertação”, afirmou Bragheto.



Comissão Camponesa da Verdade: relatório final – Violações de Direitos no Campo – 1946-1988



Foi lançado no dia 17 de março, em Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o “Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade”, fruto de um longo período de trabalho, 2012 a 2015, que envolveu “professores (as), pesquisadores (as), lideranças de movimentos sociais e gestores públicos que se dedicaram a pesquisar, congregar estudos já realizados e elaborar este relatório”. A Comissão Camponesa foi criada em 2012, a partir de uma proposta surgida do “Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, que se realizou em Brasília, para comemorar os 50 anos do Primeiro Congresso Camponês.

A publicação de 638 páginas têm cinco partes, sendo a mais extensa a quarta parte onde são descritos casos emblemáticos de violações dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas, em praticamente todos os estados brasileiros. Muitos dos casos trabalhados, sobretudo após 1975, tiveram como fonte o acervo da CPT.

Antônio Canuto, da secretaria nacional da CPT, nas páginas 143 a 165 descreveu os fatos que ele mesmo viveu e testemunhou da repressão na região da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), no início da década de 1970.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

**Brot
für die Welt**

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
**Development
and Peace**



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br



Membro fundador da CPT recebe prêmio João Canuto 2015

Foto: MHuD



No dia 14 de dezembro foi realizada, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Rio de Janeiro, a cerimônia de entrega do Prêmio João Canuto 2015. Antônio Canuto, membro fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e secretário da coordenação nacional da Pastoral, foi um dos premiados. O Serviço Pastoral do Migrante (SPM), que completou 30 anos em 2015, também recebeu o prêmio.

A premiação leva o nome do dirigente sindical João Canuto, assassinado a tiros em 1985, no Pará. Ele era perseguido, principalmente, por sua luta pela reforma agrária. O prêmio homenageia representantes de causas humanitárias.

O prêmio foi criado em 2004 pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD) e acontece durante o Fórum dos Direitos Humanos, quando são discutidas iniciativas primordiais da

luta pela erradicação do trabalho escravo e erradicação da exploração sexual infantil, em favor da demarcação das Terras Indígenas e dos territórios quilombolas e em favor de ações socioambientais. A organização é formada por diversos artistas, entre eles Dira Paes e Camila Pitanga, e também pelo padre Ricardo Rezende Figueira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante histórico da CPT nas décadas de 1970 e 1980.

PF prende suspeitos de assassinar ambientalista no Maranhão

A Polícia Federal prendeu no dia 15 de março o fazendeiro José Escórcio Cerqueira, de 82 anos, e o filho dele, José Escórcio Cerqueira Filho, em Imperatriz, no Maranhão. Eles são suspeitos de assassinar o ambientalista Raimundo dos Santos Rodrigues, 54 anos, morto a tiros no dia 25 de agosto de 2015, em Buriticupu (MA). Um terceiro envolvido está foragido.

As prisões foram efetuadas durante a Operação Jaguaribe, que investiga a ligação do crime com conflitos agrários na região de Buriticupu, no qual estariam envolvidos madeireiros

e fazendeiros. Além do assassinato do ambientalista, que era conselheiro da Reserva Biológica (Rebio) do Gurupi, os presos também devem responder pela tentativa de homicídio da esposa dele, Maria da Conceição, que estava com o companheiro no momento da execução.

Raimundo foi morto com sete tiros e golpes de facão durante uma emboscada no trajeto entre Buriticupu e a casa onde morava com a esposa, localizada na Rebio Gurupi, em Bom Jardim. Raimundo já havia denunciado as ameaças que vinha sofrendo.

CPT Alagoas realiza Jejum da Solidariedade

O Jejum da Solidariedade foi realizado pela Comissão Pastoral da Terra em Alagoas (CPT-AL) no dia 18 de março, entre as 09 e 18 horas, em frente à sede do INCRA de Maceió. Sob o tema da Campanha da Fraternidade de 2016, “Casa comum, nossa responsabilidade”, camponeses, agentes pastorais e religiosos realizaram vigília em solidariedade às pessoas que passam fome e outras necessidades no mundo.

“Precisamos repensar a forma que o homem convive com o meio ambiente e com os outros homens. É um sistema desumano que existe em nome da concentração de renda, de terra e de poder”, ressaltou Carlos Lima, da CPT Alagoas. O momento de oração e reflexão acontece todos os anos na sexta-feira que antecede a Semana Santa.

Indígenas são baleados no Mato Grosso do Sul

Um rezador indígena de 70 anos foi atingido por uma bala de borracha no dia 14 de março durante ataque de fazendeiros contra o acampamento Guarani Kaiowá e Terena de Ita Poty, entre os municípios de Dourados e Itaporã, no Mato Grosso do Sul. Dois dias antes o índio Isael Reginaldo foi alvejado durante ataque de fazendeiros no mesmo local. E no dia 10, momentos depois da saída da relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) Victoria Tauli-Corpuz do território tekoha Kurusu Ambá, no município de Coronel Sapucaia, a aldeia também foi atacada a tiros por pistoleiros das fazendas que incidem sobre a terra tradicional.

Uma liderança indígena da re-

gião explicou que os fazendeiros estão alternando o uso de munição letal e não letal como estratégia para manter os ataques, mesmo sob a presença das forças policiais. “Porque a Polícia Federal agora está indo na área, eles [pistoleiros] estão usando bala de borracha. Mas na verdade não é, estão usando os dois tipos. Mas mesmo assim a preocupação nossa é usar bala de borracha e ferir, porque machuca também”, contou o índio. Segundo a contagem dos próprios indígenas, a área retomada tem cerca de 60 famílias, que estão espalhadas nas áreas da fazenda mais próximas da rodovia para evitar ataques em lugares onde há menos condições para se protegerem dos disparos.

Comunidades do Cerrado se mobilizam no Dia Mundial da Água

No Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de Março, povos e comunidades do Cerrado se mobilizam em defesa das Águas do Cerrado. As ações foram organizadas pelas comunidades, CPT e organizações parceiras. Em Araguaína (TO), na Praça das Bandeiras, ao longo do

Deus. Na Praça Brasil, em Rondonópolis (MT), toda a manhã do dia 22 foi de ações de conscientização que discutiram a qualidade da água e a preservação de nascentes.

Já no Oeste baiano, entre os dias 14 e 18 de março, em Bom Jesus da Lapa, aconteceram as Carava-

Foto: CPT Araguaia/Tocantins



das do Cerrado, produzido pela CPT Araguaia/Tocantins.

Em Goiás, no município de Silvânia, onde têm ocorrido graves crimes ambientais contra os rios da região – extração de minérios e areia – foi realizado um encontro com representantes das comunidades e reunião com vereadores. O objetivo foi solicitar uma audiência pública para tratar da problemática. No fim do dia ocorreu a celebração das águas na comunidade João de

nas de Saneamento na Bacia do São Francisco, quando foram realizadas oficinas de formação abertas ao público e à sociedade civil organizada. E em Santa Maria da Vitória as ações ocorreram entre os dias 21 e 24 de março. No Norte de Minas Gerais, no município de Grão Mogol, ocorreu uma mobilização das comunidades camponesas e geraizeiras atingidas pela monocultura do eucalipto e ameaçadas pela mineração na Serra Geral.

ARTIGO

As igrejas e o momento político atual

ANTÔNIO CANUTO*

O momento político atual no Brasil parece ter chegado ao auge da intolerância e do ódio. Delações premiadas de réus confessos têm sido seletivamente utilizadas, para atacar o governo da presidenta Dilma e o PT.

Vozes dissonantes, mesmo nos quadros dos partidos como o PSDB, não encontram ressonância. Bresser Pereira, ex- ministro de FHC e Sarney, em entrevista à Folha de São Paulo no dia 01/03/2015, detectou que o “ódio da burguesia ao PT decorre do fato de o governo defender os pobres... Quando os liberais e os ricos perderam a eleição, muito antidemocraticamente não aceitaram isso e continuaram de armas em punho”.

E o empresário Ricardo Semler, também “tucano” intitulou artigo publicado pela Folha de São Paulo, em novembro de 2014: “Nunca se roubou tão pouco”. Ele diz como sua empresa, desde as décadas de 70, 80 e 90 e até hoje deixou de vender equipamentos para a Petrobras, por ser impossível vender diretamente sem propina. “Não há no mundo dos negócios quem não saiba disso”, afirma. “Deixemos de ser hipócritas... Deixemos de cinismo”, disse ele.

A situação, porém, tem se agravado muito nos últimos dias, com claros sinais de golpe contra a democracia. Situação que levou as igrejas cristãs, pastorais e movimentos a elas ligados, a se manifestarem em defesa da democracia, apelando para o diálogo e a preservação dos valores morais.

O conjunto destas manifestações forma um belo quadro do compromisso destas igrejas ao lado do povo de Deus e em defesa dos valores morais e da democracia.

Algumas das manifestações:

Nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

“Vivemos uma profunda crise política, econômica e institucional que tem como pano de fundo a ausência de referenciais éticos e morais, pilares para a vida e organização de toda a sociedade.” “Qualquer solução que atenda à lógica do mercado e aos interesses partidários antes que às ne-



cessidades do povo, especialmente dos mais pobres, nega a ética e se desvia do caminho da justiça”. “O momento atual não é de acirrar ânimos. A situação exige o exercício do diálogo à exaustão”. (10/03/2016)

Posicionamento do CLAI Brasil - Conselho Latinoamericano de Igrejas - região Brasil

“Não podemos nos calar e nem tolerar mudanças políticas conservadoras e retrógradas que nos afastam dos projetos de paz e justiça para todas as pessoas. Sigamos na busca e luta pelos direitos e pela dignidade de vida”. (13/03/2016)

Declaração do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC

“As polarizações, coerções e uso abusivo de poder não são condizentes com a prática da justiça. Um país democrático como o Brasil precisa garantir espaços seguros de diálogo, debate de ideias e projetos sem que os adversários políticos sejam considerados inimigos a serem aniquilados a qualquer custo...”

Por apoiar e acreditar na democracia, reivindicamos o respeito aos resultados das eleições de 2014.” (11/03/2016)

Posicionamento da Igreja Presbiteriana Unida, IPU

“A IPU:

- defende o aprofundamento das investigações da Operação Lava Jato, que elas sejam simétricas, sem privilegiar ou discriminar quaisquer partidos políticos;
- condena o caráter midiático e teatral em cada fase do processo e o vazamento seletivo de trechos de depoimentos;
- coloca sob suspeição conteúdos de delações premiadas e alerta que os delatores são os mesmos que, na surdina se locupletaram às custas do país e, como os ratos que abandonam o navio prestes a submergir, buscam salvar a sua própria pele.”

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB

“Acompanhando as notícias hoje fica-se com a nítida impressão de que estamos desaprendendo a dialogar. Cresce o confronto a qualquer custo”.

“A democracia, a política, a cidadania, a palavra como meio – é o que dispomos para, como gente cidadã buscar o bem e não mal. Do confronto ao diálogo – respeitoso, persistente, atento – para deixar que o bem cresça e floresça.” (08/03/2016)

Nota do Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB

“Estão em jogo dois projetos de sociedade: um que prega a continuidade dos avanços dos direitos sociais da maioria do povo brasileiro e outro que se constroi sobre pressuposto conservador, autoritário e que serve apenas às elites e seus interesses. As Igrejas do Brasil conclamam o povo brasileiro a respeitar a legalidade republicana e democrática, construída a duras penas”. (12/03/16)

CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

É um imperativo “que a crise que aflige nosso país seja resolvi-

da dentro da legalidade, sem fratura dos institutos que nos custaram tanto construir”. (17/03/2016)

As Pastorais do Campo (Cáritas, CPT, CIMI, CPP, SPM)

“Neste momento em que vivenciamos a ameaça de golpe sobre a democracia brasileira, não podemos permitir que as conquistas democráticas e que os direitos civis, políticos e sociais sejam mais uma vez afrontados pela força da intolerância, do conservadorismo e da violência, física e/ou institucional”. (17/03/2016)

Igreja Povo de Deus em Movimento

A Igreja Povo de Deus em Movimento, coletivo de paróquias, comunidades, leigos e leigas, religiosos e religiosas e padres, conclama o povo:

“A termos repúdio a qualquer ato de intolerância e ódio que estão se espalhando sobre nossas cidades contra pessoas de movimentos sociais e da esquerda, pois isso só visa uma convulsão social e a barbárie. Não podemos vacilar: A via da igualdade é outra.” (17/03/2016)

Manifesto de Evangélicos pelo estado de Direito, com mais de vinte mil assinaturas

“Entendemos que a corrupção e a impunidade têm sido problemas endêmicos na sociedade brasileira. E que a indignação de todos nós contra isso é justa e profética. Contudo, rejeitamos igualmente toda indignação pecaminosa que suplante o ordenamento jurídico, que aja com parcialidade e dissemine o ódio e o desejo de vingança entre os brasileiros. Sabemos que os gritos de ‘crucifica-o’ são motivados, muitas vezes, por gente mal intencionada e isso pode nos trair e nos levar a julgamentos precipitados.” (21/03/2016)

* Secretário da Coordenação Nacional da CPT e Setor de Comunicação da CPT Nacional

ARTIGO

Na rua pra quê mesmo?

“O velho mundo agoniza, o novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros.”

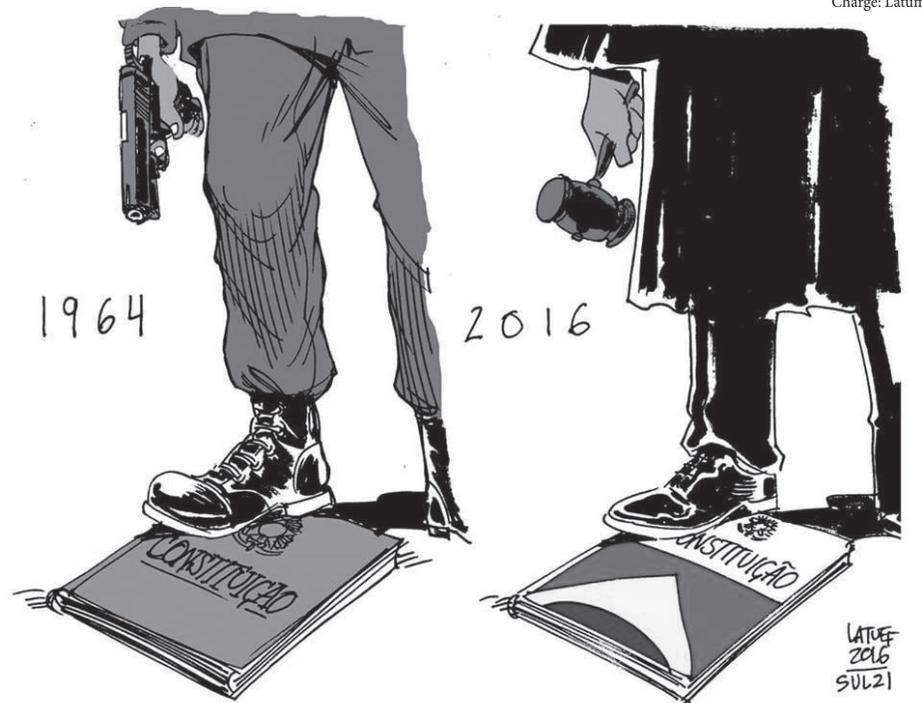
Antonio Gramsci

RUBEN SIQUEIRA*

Deu 16h00 do dia 18/03/16, interrompemos a reunião da Comissão Nacional de Formação da CPT, juntamo-nos aos participantes do Curso de Especialização em Direito Agrário, parceria das Pastorais Sociais do Campo com a UFG, e fomos para a Praça Universitária, em Goiânia (GO), participar da manifestação puxada pela Frente Brasil Popular “em defesa da democracia”. Chama logo a atenção que na maioria dos cerca de 1.500 participantes que a gente vê, faltam jovens. Procuo e não encontro os estudantes secundaristas em pé de guerra contra o governo do estado que quer privatizar e militarizar escolas públicas. Há muitos sindicalistas e lideranças dos partidos da esquerda governista, alguns já (e sempre) em campanha. Nem tanto dos movimentos sociais. As bandeiras são aquelas vermelhas antigas. Também as falas têm aquele velho tom.

Estamos ali para protestar contra as escandalosas manobras da oposição da direita fortalecida que, ao pretender derrubar a presidenta eleita, ameaça a institucionalidade de nossa jovem e débil República. Difícil perceber quantos e quem não seguem a tônica dominante de identificar acriticamente a defesa da democracia à defesa do governo, cada vez mais indefensável em muitos aspectos. Nós, das lutas do campo mesmo, não temos motivo nenhum para isso, muito pelo contrário.

Mesmo cansados de ter que votar seguidamente pelo menos pior, desta vez, diante de um pior ainda pior – um golpe civil e a ameaça fascista – estamos lá. Porém, mesmo nestas circunstâncias, nos tornamos mais exigentes, não só com nossos sonhos vilipendiados e suas possibilidades de



futuro, também com as possibilidades do presente, do potencial de demandas e lutas sociais em curso nos campos e nas cidades, relegadas pela esquerda em favor de uma atuação nas franjas consentidas e das sinecuras corruptivas do Estado burguês neoliberal. Resultou que além de avançarmos quase nada, retrocedemos e vemos ameaçadas, conquistas históricas. Pior, perdida em grande parte nossa força de mobilização popular acumulada durante e no pós-Ditadura. Fosse mantida, era outra a correlação de forças atual... As políticas sociais aplicadas foram importantes socialmente, sem dúvida, mas despolitizantes. A história, não demorou, já cobra o preço.

Precisamos, sim, ter clareza da conjuntura complexa e confusa e evitar o golpismo em todas as suas formas. Lutemos com todas as forças contra os desmandos e mistificações da direita e seu ódio de classe, que vaza pras ruas da classe média branca e raivosa. Isto é, sim, o mais importante e urgente agora!

Mas, não nos esqueçamos que a responsabilidade pela ruptura da “paz social” do projeto lulista (pobres ganham e ricos ganham mais ainda) não é apenas da recessão econômica mundial, que derrubou “nossas” exportações de *commodities* agrícolas e minerárias, de alto custo socioambiental, sobre as quais se assentava o “sucesso” econômico-político. O enfraquecimento do governo não se deve somente às atuais sabotagens do imperialismo euro-estadunidense, dos grandes empresários, do Congresso venal e conservador como nunca, do Judiciário politiqueiro e da mídia reacionária e intocada nestes anos petistas. Deve-se também às políticas antipopulares resultantes dos “ajustes” econômicos, na verdade novas concessões de um “governo de coalizão” à direita. As mobilizações de junho de 2013 não foram bem compreendidas...

Os setores médios da população facilmente retiram apoio, seduzidos pelo canto midiático de uma nota só da anticorrupção. As classes popula-

res favorecidas e despolitizadas por políticas compensatórias facilmente mudam de lado com os cortes e retrocessos. Estes não são poucos nem desimportantes: a volta do desemprego; a precarização dos setores essenciais para os pobres – saúde, educação e segurança; a submissão ao agronegócio devastador; a contrarreforma agrária que recrudescer a violência no campo (50 camponeses assassinados em 2015, 16 a mais que em 2014), sobretudo na Amazônia; a continuidade do trabalho superexplorado e escravo; a criminalização dos movimentos e lideranças (o que vem aí depois que a presidenta sancionou a lei “anti-terrorismo”, dois dias antes de termos que ir às ruas?); a corrupção sistêmica não enfrentada, antes reproduzida; a entrega de bens naturais à voracidade do capital; a degradação socioambiental etc., etc. São também estas, ameaças à democracia, e lutar contra elas é nosso dever!

Bandeira maior, porém, é a reinvenção da democracia a se tornar substantiva e de fato participativa, pela organização e mobilização populares em torno destas e outras lutas concretas. Reinvenção só possível se também das formas de lutar. O modo democrático e ético de fazer é o único capaz de fazer ética e democracia.

Parece que vivemos, também na esquerda, o fim de um ciclo. Mas, difícil que o novo nasça de um velho que não queira morrer. É Páscoa: “Se o grão de trigo que cai na terra não morre, ele fica só. Mas, se morre, produz muito fruto” (João 12,24). Assim seja! Evitemos o retrocesso, na rua, de onde não devíamos ter saído, mas precisamos avançar para mais à frente e mais a fundo!

ARTIGO

Brasil no banco dos réus na Corte Interamericana de Direitos Humanos

XAVIER PLASSAT*

A audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro para julgar a ação movida contra o Estado, no caso Brasil Verde, se desenvolveu da melhor maneira possível, do nosso ponto de vista de petionários (CPT, junto com o Cejil – Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional). Conseguimos evidenciar a realidade, brutal e sistemática, do trabalho escravo naquela época, destacando elementos que dela constituíam um verdadeiro “padrão”, especialmente na região Norte. Mostramos que, apesar de inegáveis avanços produzidos ao longo desses anos, continua chocante a ineficiência do combate ao trabalho escravo. Neste contexto de passado que, em muito, permanece até o presente, surge, como mais um desafio, a sinalização de profundos retrocessos em processo no Congresso e em setores do Executivo e do Judiciário. Serão retrocessos consumados se não reagirmos à altura destes desafios e se em situações como a evidenciada no caso da Brasil Verde - não for mandado ao Estado o recado adequado.

As testemunhas e peritos chamados a declarar durante a audiência deixaram clara a caracterização da situação constatada na Brasil Verde e na região na mesma época, e a levianidade da atuação das autoridades. Já na época era claro que a negação da liberdade nestes cantos isolados podia se dar de muitas maneiras, como a imposição de dívidas impagáveis, a submissão à degradante condição, a coação psicológica ou a coerção brutal por capangas. Leonardo Sakamoto esclareceu o contexto e o entendimento do sistema da escravidão moderna, que presenciou na Amazônia, e analisou, à luz de sua experiência internacional, este crime movido à ganância, miséria e impunidade. Destacou mecanismos inovadores criados no Brasil



Foto: OEA

a partir de 2003 com a finalidade de, no mercado, separar o joio do trigo.

Aninha (CPT Xinguara) expôs as deploráveis condições relatadas pelos trabalhadores fugindo das fazendas desta região próxima à sede da Brasil Verde: eram centenas de casos, envolvendo milhares de trabalhadores, acolhidos com humanidade, atenção e rigor, embasando denúncias da CPT encaminhadas ao Grupo Móvel. Descreveu o perfil dos trabalhadores: aliciados no Maranhão, Piauí ou Tocantins, migrantes por necessidade, vítimas de promessas enganosas, tratados pior que animais, homens na força da idade e jovens, analfabetos ou com precária educação formal. Insistiu na força do poder econômico dos fazendeiros e na violência ali reinante. Com base em extensa pesquisa, Raquel Dodge, subprocuradora Geral da República, desenhou o padrão do trabalho escravo no Pará, suas rotas, seus atores e seu modus operandi. Ela cobrou uma estratégia judiciária adequada a este crime de colarinho branco. Ficou evidente que o Estado, desde 1989 e de forma repetida, tinha notícia de suspeitas e, por várias vezes, de evidências de trabalho escravo na Brasil Verde. Mesmo assim não atuou a contento. Argumentos apresentados pelo perito do Estado, tendendo a descartar a qualificação de trabalho escravo para as situações então constatadas não convenceram.

Outras perícias foram oportunamente juntadas por escrito ao processo, vindo de especialistas incontestes, arrolados pelos petionários. Questões em disputa dizem respeito, entre outras, à qualificação dos fatos do Caso Brasil Verde, por terem ocorrido em período anterior à clarificação legal do conceito de trabalho escravo de dezembro de 2003, à realidade das ações desempenhadas pelo Estado, à competência da Corte para conhecer dos fatos, ações e omissões trazidos à tona.

O fato de outros países terem situação pior que a do Brasil não exime o país de ter que corrigir seus defeitos e superar limites e omissões. Não são poucos: nenhuma ação real – sistemática - de prevenção voltada aos públicos em situação de vulnerabilidade ao tráfico, ao aliciamento, à migração de risco e ao trabalho escravo; queda histórica na capacidade de intervenção do Estado (faltam 1000 fiscais!); lista suja jogada às nuvens e conceito legal de trabalho escravo sob tiroteio; impunidade gritante: de quase 2300 empregadores escravagistas já flagrados por este crime desde 1995 (e mais de 50 mil pessoas resgatadas), nenhum ainda cumpriu pena de prisão como manda a lei.

Dizem que o trabalho escravo no Brasil está em diminuição? Está diminuindo o número de resgatados

do trabalho escravo, o que não significa a mesma coisa. O desafio é conseguirmos detectar situações atuais de trabalho escravo, dissimuladas em nosso meio, no campo e na cidade, na agricultura, na construção, no extrativismo, na mineração, na indústria, na pesca, no comércio.

Ficou triste e revoltante ter que ouvir do representante do Estado nas audiências da Corte uma cínica negação da realidade de trabalho escravo constatada na fazenda Brasil Verde, em discurso que pouco se diferenciava do argumento dos ruralistas. O representante da Comissão Interamericana, dirigindo-se ao Estado, o provocou: como explicar que o Estado resolveu, na época, resgatar desta fazenda aqueles tantos trabalhadores? Resgatar do quê?

A sentença da Corte deve sair até setembro. Até lá vítimas serão ouvidas pelos juízes, in loco. Além de determinar a reparação dos danos sofridos por cerca de 300 trabalhadores da Brasil Verde, a sentença irá enunciar parâmetros importantes - válidos para o conjunto dos países membros da OEA - para que o trabalho escravo seja devidamente identificado, prevenido, combatido e sancionado, no Brasil e fora do Brasil. Sem esbarrar em institutos inadmissíveis como o da prescrição que ainda vigora no Brasil, mesmo para crime tão repugnante. Uma situação que, de acordo com a Convenção Americana assinada pelo Brasil, não se pode admitir.

Ao iniciar as alegações finais, nós petionários saudamos a atuação corajosa do frei Henri des Rozières, autor em 1998 da inicial deste caso, e que, desde Paris, no mesmo dia da audiência, auspiciosamente, celebrava seu 86º aniversário, lançando novo livro intitulado: “Comme une rage de justice” (Como uma raiva de justiça).

* Coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo - De olho aberto para não virar escravo!

ARTICULAÇÃO DAS CPT's DA AMAZÔNIA

“Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos – Relatório Denúncia” é lançado em Manaus

“Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta, mata verde, céu azul, a mais imensa floresta... No lugar que havia mata, hoje há perseguição. Grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão”. Vital Farias

ELVIS MARQUES*

O Relatório-Denúncia “Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos” foi lançado pela Articulação das CPT's da Amazônia, no dia 29 de fevereiro, no Instituto de Teologia Pastoral de Ensino Superior da Amazônia (ITEPES), em Manaus, Amazonas. A publicação reúne nove casos de conflitos emblemáticos enfrentados por comunidades dos estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

“Esse é um relatório mais qualitativo. Através dos nove casos, a gente quer sensibilizar os leitores, as autoridades, a sociedade para o drama humano que essas comunidades estão enfrentando. São casos de conflitos com madeiras, mineradoras, grilagem de terras, e todas as comunidades enfrentando a violência e omissão do Estado”, explicou, durante a apresentação do Relatório, Ruben Siqueira, da coordenação executiva nacional da CPT. “O Relatório é para ser a voz das comunidades, movimentos sociais, povos do campo”, completa Ruben.

A publicação, segundo sua própria apresentação, quer ser uma amostra dos conflitos e suas causas. Os casos presentes no Relatório, de certa forma, representam, ainda hoje, o mundo dos conflitos e da violência em que estão inseridas as comunidades do campo. Clara Motta, da CPT do Amazonas, afirma que espera que o relatório visibilize um pouco da situação de conflito em toda a Amazônia. “[A intenção] é trazer para a sociedade o que está escondido, trazer para o debate, trazer aos olhos da sociedade essas questões”, ressalta.

A partir dessa situação conflituosa na região, a Articulação das CPT's da Amazônia, projeto da CPT criado em 2009, se propôs, através do Relatório-Denúncia, esmiuçar casos de conflitos na Amazônia. Ao longo do ano passado, foram visitadas as comu-



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

nidades, ouvidos relatos e produzidos textos que compõem este material.

O lançamento do relatório foi dividido em dois momentos. Num primeiro momento ocorreu a coletiva de imprensa, em seguida agentes da CPT que contribuíram na produção desse material abordaram a questão dos conflitos no campo em seus estados. Compuseram a mesa de lançamento do Relatório-Denúncia: Zezinho, da CPT Rondônia; Gerson Priante, da comunidade Portelinha-AM, Padre Zenildo Lima, da Arquidiocese de Manaus; e Ruben Siqueira, da coordenação da CPT.

Representantes de diversas comunidades do Amazonas estiveram presentes no evento. Gerson Priante, da comunidade Portelinha e viúvo da liderança comunitária Dora Priante, assassinada em 2015, participou do evento e deu seu testemunho sobre o conflito que sua comunidade tem enfrentado. “O caso da Dora não está presente [na publicação], porém retrata bem o que o Relatório mostra. Quando aconteceu o assassinato teve toda a atenção, mas depois esqueceram. Foi jogada na vala comum como mais um caso, mas é isso que não queremos. Temos tentado buscar e apurar

para identificarmos os culpados, até agora duas pessoas foram presas, mas tudo caminha lentamente”, relata Gerson.

Apesar da morosidade da Justiça, Gerson ressalta que as pessoas que vivenciam situações de violência, como os casos retratados no Relatório, não podem se calar. “Não tenham medo de denunciar, para não disseminar o clima de impunidade que cria uma insegurança mais generalizada. Mesmo que não acredite que resolverá de imediato, temos que denunciar. Ficamos muito tempo calados”, afirma.

Dados

Não é de hoje que a região amazônica desponta no triste ranking da violência no campo. Em 1975, quando surgiu a CPT, era grave a situação de conflito vivida por trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo da Amazônia. Hoje, 40 anos depois, a incessante violência na Amazônia brasileira persiste e insiste em não dar trégua aos povos do campo. Para se ter uma ideia, entre os anos de 1985 e 2009, 63% dos assassinatos no campo registrados pela CPT se concentram na Amazônia.

E em 2015 a situação conflituosa no campo adquiriu uma dimensão espantosa. Dos 50 assassinatos registrados no Brasil, 47 foram na Amazônia Legal, sendo 20 em Rondônia, 19 no Pará, 6 no Maranhão, 1 no Amazonas e 1 em Mato Grosso. Além disso, das 144 pessoas que receberam ameaças de morte no campo, 93 estão na Amazônia. E é neste território que 30 das 59 tentativas de assassinato aconteceram.

“Este Relatório é de grande importância e oportunidade pela extensão e gravidade das denúncias que traz”, diz Ruben Siqueira.



Download

A versão digital do Relatório-Denúncia já está disponível na página da CPT para download. Para baixar gratuitamente a publicação, siga esse caminho: Acesse a opção Downloads>Cartilhas>Relatório-Denúncia da Amazônia.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

2015: o ano que não a

Voltamos aos tempos obscuros das lutas no campo, em que acuados pelo poder dos latifundiários, trabalhadores rurais, sem terras e posseiros eram mortos às dezenas. Há mais de uma década não víamos a situação no campo tão conflitiva como agora.

Foto: TV Rondônia



CRISTIANE PASSOS*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou em 2015, um total de 50 assassinatos em conflitos no campo. Desses, 20 foram em Rondônia e 19 no Pará. Foi o maior número de assassinatos já registrado pela CPT em Rondônia, desde 1985, e o maior número registrado no Brasil nos últimos 12 anos. O Vale do Jamari é a região de Rondônia onde aconteceram 14 dos 20 assassinatos. Marcado por grandes áreas griladas, presença de madeiros, ações de pistoleiros, e a ausência e/ou conivência do Estado, o Vale tornou-se um barril de pólvora prestes a explodir. Em 2016 já foram quatro assassinatos na região.

Diferentemente de outras regiões no Brasil, para se entender os conflitos por terra no estado é impossível analisá-los de forma maniqueísta. Impressões de certo e errado, bem e mal, no sentido literal dos termos não cabem aqui. Inúmeras categorias e interesses permeiam a busca pela terra na região. Trabalhadores rurais sem terra seguem, muitas vezes, seu propósito, organizados ou não em movimentos e associações, de buscar a terra para produzir alimentos e nela viver. Se-

gundo informações da CPT Rondônia, há atualmente cerca de 80 acampamentos no estado, e destes somente 26 seriam ligados a movimentos organizados. O restante são grupos independentes em busca de seu pedaço de chão. Comunidades tradicionais lutam pela garantia de seus territórios, pela produção sustentável e pela manutenção da floresta em pé.

Em contrapartida, madeiros agem diante das vistas grossas dos órgãos fiscalizadores do governo. É possível ver caminhões circulando pelas rodovias do estado, com madeira sem certificação, mesmo à luz do dia. Durante a noite, então, segundo relatos de agentes da Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), podemos contar 40 ou 50 caminhões num único trecho de estrada próximo ao município de Machadinho D'Oeste.

Em Cujubim, alguns madeiros até possuem certificados para exploração de madeira, dentro do Programa de Manejo Florestal, autorizado pelo Ibama, mas lá já não há mais madeira para explorar. Com isso, eles retiram madeira de outras regiões, “certificando-as” com os documentos que possuem. Parte dela vem

de Unidades de Conservação, como a Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, em Machadinho D'Oeste.

Em conversa com dois seringueiros – não revelarei os nomes já que ambos estão ameaçados de morte –, eles contaram que a partir de 2005 surgiram na reserva mais de 100 frentes de invasão para retirar madeira. Das 21 Unidades de Conservação Estaduais de Rondônia (UC's), 16 ficam na região de Machadinho D'Oeste. Conforme informações dos seringueiros, de 2005 a 2014 teriam ocorrido 16 assassinatos nas UC's, alguns com tortura e requintes de crueldade. Informação essa que a CPT está tentando confirmar. Em um dos casos, na busca por saber quem fazia as denúncias

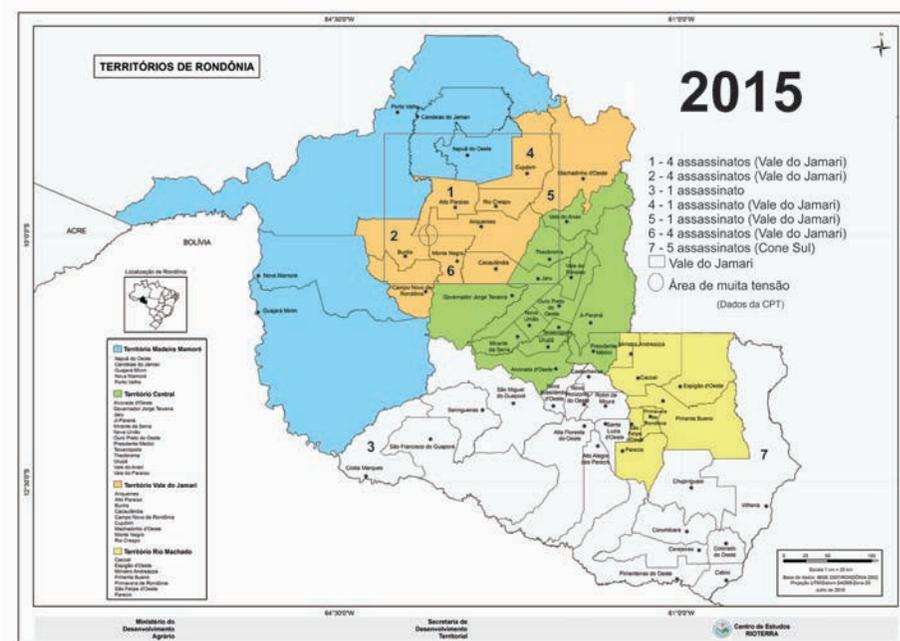
para a Sedam fiscalizar, um dos seringueiros teve mãos e língua cortadas, o tronco decepado na altura da cintura e as pernas queimadas.

Ainda conforme estes relatos, exploradores de madeira incentivam grupos que se auto-denominam “sem terra” para “ocuparem” lotes na Reserva, com a intenção de gerar conflito com os ocupantes tradicionais. Eles demarcam os lotes, vendem a madeira e em seguida comercializam os lotes desmatados para terceiros. “Dos 95 mil hectares da reserva Rio Preto Jacundá, pelo menos em 80 mil hectares a madeira já foi retirada”, denunciaram. Cientes da situação, as autoridades praticamente nada fazem. Há atualmente nove lideranças ameaçadas de morte na região.

O campo como perspectiva e a morte prematura como certeza

Estar em Cujubim, assim como em outros municípios da imensa Amazônia, é ter a certeza de que muitos brasileiros e brasileiras foram renegados e renegadas pelos poderes políticos e pelo restante da sociedade.

Cheguei à região logo após um conflito, na fazenda Tucumã, em que cinco jovens sem terra foram atacados por pistoleiros. O fato ocorreu na última semana de janeiro. Os cinco haviam entrado na área ocupada fazia apenas



acabou em Rondônia

40 dias, após receberem a informação de que a terra seria desapropriada pelo Incra, por se tratar de área pública, e de que os lotes seriam distribuídos aos ocupantes. Parecia ser uma boa oportunidade a quem na região não vê muita expectativa de educação ou formação profissional.

O pretenso proprietário, conhecido como “Japonês”, conseguiu a reintegração de posse ainda em janeiro. Ele e a polícia acordaram com os ocupantes que eles poderiam retornar à ocupação para retirar seus pertences. Os jovens retornaram, então, no dia 31 e foram surpreendidos pelos pistoleiros. Três conseguiram fugir. Dois estão desaparecidos e um corpo carbonizado e não identificado até o momento, foi encontrado no carro dos jovens. No dia 3 de feverei-

ro, uma patrulha policial na região encontrou quatro homens fortemente armados em uma caminhonete, que seriam pistoleiros na fazenda Tucumã. Os homens foram detidos, mas um deles, ex-policia militar, conseguiu fugir da viatura, onde estavam três policiais, e na fuga deixou cair uma espingarda.

No dia 11 de março, a Polícia Civil divulgou a conclusão do inquérito, em que as investigações apontaram o envolvimento de três policiais militares no crime. Dois deles estão em prisão cautelar e um é considerado foragido. O dono da fazenda onde ocorreu o Conflito também foi preso, no início do mês de março, pelo crime de homicídio, suspeito de ser o mandante da morte do jovem encontrado carbonizado no carro.

Grilagem de terras: a jovem senhora da Amazônia

“Grilagem de terras” é um termo impossível de ser descolado da ideia de colonização e ocupação da Amazônia. Durante anos a fio, áreas públicas foram indevidamente apropriadas pelo capital, nacional ou internacional, com interesses diversos. Somando-se a isso, grandes extensões de terras públicas foram divididas e transferidas para os interessados, através de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs). Esses poderiam, com isso, fazer o uso da terra e, se cumprissem as condicionantes previstas no Contrato, adquiririam o título definitivo de tais áreas. O Incra deveria fiscalizar o cumprimento dessas condicionantes. De meados dos anos 1970 ao início de 1980, desenvolveu-se em Rondônia a licitação dessas terras públicas. A informação do professor de Direito Agrário, Hélio Roberto Novaes, é de que foram licitados no estado algo em torno a 1,5 milhões de hectares a 1.100 licitantes. Até os dias de hoje, o pano de fundo dos conflitos de terra na região está costurado à grilagem

de terras e às CATPs, cuja fiscalização inoperante gerou um mercado irregular de terras na região. Alguns vendem a área após um tempo, enquanto outros constroem seu latifúndio, acumulando CATPs em nome de “laranjas” ou de parentes.

Estão tentando fechar os olhos do mundo para a região

Durante os dias que estive em Rondônia, dois profissionais da imprensa internacional estavam no estado trabalhando em pautas para as revistas *Americas Quarterly* e *US News & World Report* sobre a onda de violência no campo na Amazônia. No dia 9 de fevereiro, eles planejavam visitar Ariquemes, a porta de entrada para o Vale do Jamari, onde entrevistariam o chefe da Polícia Militar do estado. Mas, antes da entrevista acontecer, um porta-voz do governo de Rondônia ligou para informar que a polícia tinha sido instruída a não cooperar, porque um relatório internacional sobre o assunto teria “repercussões terríveis para o estado”. No dia seguinte, já

em Porto Velho, ao deixar estacionado por alguns instantes o carro que utilizavam, este teve os vidros quebrados e seus equipamentos, cartões de memória, arquivos de vídeo e notebooks, furtados. A mala do fotógrafo, contendo roupas, passaporte e outros itens e o GPS do veículo não foram levados.

A atmosfera desse estranho furto levou a Associação de Correspondentes da Imprensa Estrangeira (ACIE) a divulgar uma Nota manifestando sua preocupação pelo fato da polícia local ter sido instruída a não cooperar com a equipe. Preocupação essa que, em suas palavras, “só pode ser reforçada pelas recentes declarações públicas, tanto do chefe da polícia e do governador, que têm chamado os trabalhadores sem ter-

URU-EU WAU-WAU: nenhum território escapa em Rondônia



Foto: Associação Kanindé

Nem os territórios indígenas escapam à sanha dos invasores em Rondônia. Segundo denúncias, a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, à qual se sobrepôs o Parque Nacional de Pacaás Novos, e que abrange ao todo partes de nove municípios da região, está sendo invadida. Lotes são demarcados e revendidos. Além disso, os invasores estariam, também, extraíndo ouro da região.

Segundo a Associação de Defesa Etnoambiental de Rondônia, Kanindé, pelo menos 47 lotes estão sendo comercializados na área e os

responsáveis por trazer esses invasores seriam empresários e fazendeiros locais. Os Uru-Eu-Wau-Wau e a própria Kanindé já alertaram os órgãos competentes sobre a invasão. O ICM-Bio esteve no local e, segundo a Associação, alegou não ter encontrado vestígios dos invasores. Entretanto, os relatos que ouvi descreveram como é visível, a partir de um simples passeio de carro pela região, a entrada e ação desses invasores na área. A Kanindé afirma, ainda, que fará uma nova denúncia no Ministério Público Federal sobre o caso.

ra de ‘terroristas’ e ‘criminosos’, pessoas que devem ser ‘colocadas em seu lugar’ e pelo fato que esta ameaça foi estendida ‘àqueles que os apoiam’.

O governo do estado mostra claramente o lado que assumiu nessa disputa. Os sem terra e os extrativistas tentam se defender da forma que lhes cabe. Os fazendeiros se articulam em associações de produtores, em que reúnem a verba necessária para armar trincheiras nas terras com seus pistoleiros, ou guaxebas, como são conhecidos em Rondônia. Uma fâsca não tardará em explodir esse barril de pólvora.

ASSASSINATOS 2016

Em 2016, violência no campo já resultou em nove mortes

O ano de 2015 terminou com 50 pessoas mortas no campo. Maior número em 12 anos. Em 2016 a violência continua sem dar trégua.

ELVIS MARQUES*

Enilson, Edmilson, Francisca, Luiz, Marcus, Nicinha, Roni, Valdiro e um jovem sem terra. Foram 4 assassinatos em Rondônia, 2 no Maranhão, 1 no Pará, 1 em Alagoas e 1 na Bahia. Nos primeiros 49 dias do ano, todas essas nove pessoas morreram no contexto de luta pela terra. E dos nove casos registrados pela CPT, em cinco ocorreram execuções por motoqueiros – em geral dois homens em uma moto abordam a vítima e disparam vários tiros contra ela. Outro fator que chama a atenção é a proximidade das datas dos assassinatos.

Nilce de Souza Magalhães, conhecida como Nicinha, 58 anos, mãe de três filhas, avó de quatro netos, era pescadora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Rondônia. No dia 7 de janeiro, última vez que foi vista, estava na barraca de lona onde morava com o companheiro Nei. A família vivia no Acampamento Velha-Mutum Paraná, próximo a BR-364, região de Porto Velho. Localidade onde residem várias outras famílias de pescadores atingidos pela Hidrelétrica de Jirau.

Já no dia 15 de janeiro, a Polícia Civil prendeu o jovem Edione Pessoa da Silva, que, segundo a polícia, confessou ter matado a militante e escondido seu corpo. O homem afirmou que teve ajuda de duas pessoas para ocultar a vítima. Desde então, passados quase 100 dias, o MAB, companheiros e companheiras de luta, e familiares questionam: Onde está Nicinha?

No dia 23 de janeiro, no município de Jaru, também em Rondônia, Enilson Ribeiro dos Santos, 27 anos, e Valdiro Chagas de Moura, lideranças do acampamento Paulo Justino, foram perseguidos por um motoqueiro e assassinados. O crime, que aconteceu na cidade, mostra, assim como em diversos outros casos, a tentativa



Foto: Joka Madruga

dos mandantes de descaracterização de morte por conflito no campo. Em Nota, a Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP) denunciou que o mandante do crime seria um latifundiário da região. “Enilson vinha sofrendo ameaças indiretas já havia algum tempo”, destacou.

Em Cujubim, no Vale do Jari, Rondônia, cinco jovens sem terra foram atacados por pistoleiros no final de janeiro. Dias antes, eles e outros acampados haviam sido despejados da Fazenda Tucumã. Após despejo, os jovens retornaram a área para buscar alguns pertences. Mas foram surpreendidos por pistoleiros. Três jovens conseguiram fugir e dois desapareceram. Porém, no dia 1º de fevereiro a polícia encontrou o carro dos jovens carbonizado, e dentro havia um corpo. Em março, o delegado que investiga o caso disse, em entrevista, suspeitar que o corpo encontrado seja o de Ruan Hildebrandt, um dos desaparecidos. Todavia, passados mais de dois meses esse corpo ainda não foi identificado.

Fevereiro

Apenas nos primeiros dias de fevereiro mais quatro pessoas foram mortas no campo. Roni dos Santos Miranda, 27 anos, era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Amarante do Maranhão. No dia 1º, no Centro de Amarante, ele foi assassinado com um tiro na cabeça por dois homens que estavam em uma moto.

A pouco mais de 300 quilômetros de onde Roni perdeu a vida, Francisca das Chagas Silva, 34 anos, quilombola e dirigente do STTR de Miranda do Norte, MA, foi encontrada morta, em uma poça de lama, no dia 2 de março. O corpo dela estava nu e aparentava sinais de abuso sexual, estrangulamento e perfurações. Francisca era da comunidade quilombola Joaquim Maria.

No ano passado, Francisca se juntou às milhares de mulheres reunidas em Brasília para a Marcha das Margaridas, na qual se manifestou por um mundo com mais “Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. Em Nota, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Maranhão (FETAEMA) manifestou que “ambos os companheiros [Francisca e Roni] eram lutadores do povo e se empenhavam cotidianamente por uma sociedade justa, com prevalência dos direitos humanos”.

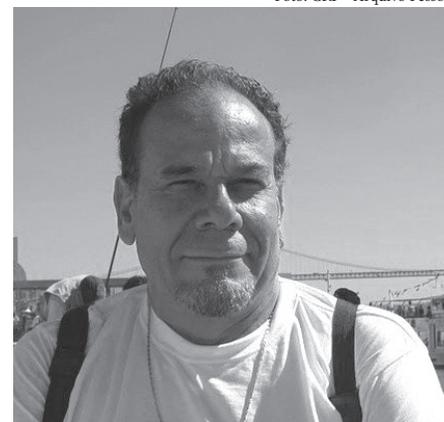


Foto: CRP - Arquivo Pessoal

Dois dias após a morte da quilombola, o professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Marcus Vinícius de Oliveira Silva, conhecido como Marcus Matraga, foi alvo de uma emboscada e morto no município de Jaguaripe, região do Recôncavo Baiano. Formado em psicologia na década de 1980, Marcus militava na luta antimanicomial e pela reforma psiquiátrica brasileira.

Segundo Nota divulgada pela UFBA, “foi vítima de homicídio, ao que parece, em função de sua atividade política na mediação de conflitos de terra, em circunstâncias a ser apuradas pelas autoridades competentes”.

Já em Alagoas, no dia 22 de fevereiro, o líder do Assentamento Irmã Daniela e do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Edmilson Alves da Silva, 35 anos, foi morto por dois motoqueiros com pelo menos 14 tiros, no município de Japaratinga, litoral norte do estado. Em entrevista ao jornal Brasil de Fato, Antônio Messias, dirigente do MLST, atribuiu o crime a conflito agrário. “Ele estava coordenando quatro ocupações nas terras da falida usina Santa Maria, a mesma usina que mudou de razão social três vezes para não sofrer execuções fiscais”, denunciou. “Um grande companheiro e liderança no trabalho pela Reforma Agrária”, destacou o MLST.

Em São Domingos do Araguaia, no dia 12 de fevereiro, Luiz Antônio Bonfim, 45 anos, caminhava em direção a uma padaria quando foi parado por dois motoqueiros e morto com vários tiros. Ele era presidente municipal do PCdoB e militante pela reforma agrária. Luiz acompanhava uma ocupação de terra na região do “Tabocão”, em Brejo Grande do Araguaia.

“A pistolagem executou o protético Luiz Antônio Bonfim, em São Domingos do Araguaia, sudeste do Pará e região onde ocorreu a guerrilha do Araguaia. O ódio dos assassinos se revela na medida em que todos os seis tiros do tambor na arma acertaram a cabeça do dirigente comunista, morto quando ia comprar pão”, lamentou, assim que soube da notícia, Paulo Fonteles Filho, dirigente do PCdoB no Pará.

AÇÕES DA CPT

Curso de Direito Agrário, promovido pelas Pastorais do Campo, debate “Questão Agrária no Brasil”

Entre os dias 07 e 22 de março último, aconteceu em Goiânia (GO), o terceiro módulo do Curso de Especialização em Direito Agrário, parceria entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e as Pastorais do Campo. Participam da formação, agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT, do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, do Serviço Pastoral do Migrante – SPM, do Conselho Indigenista Missionário – CIMI e da Cáritas Brasileira

TERESA HOLLANDA*

Como atividade do curso, foi realizado nos dias 16 e 17 de março, na Faculdade de Direito da UFG, um seminário sobre a “Questão Agrária no Brasil”, que reuniu os professores convidados Ariovaldo Umbelino, geógrafo da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Marés, advogado e professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), e Jeronimo Trecanni, advogado e professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Além deles, o Seminário reuniu professores da UFG, alunos do curso de especialização e agentes da CPT, alunos do Mestrado em Direito Agrário da UFG, entre outros interessados.

O primeiro dia do Seminário teve início com o professor Trecanni, que expôs o tema “Regularização Fundiária: propriedade e a questão fundiária na atualidade”. À noite, o professor Ariovaldo discorreu sobre o tema “Questão Agrária no Brasil”.

No dia 17 de manhã o professor Marés falou sobre a “Função social da propriedade e constitucionalização”. À tarde houve uma roda de conversa com a presença de todos os participantes, além de membros do Movimento Terra Livre, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Fórum Estadual pela Reforma Agrária de Goiás.

O Seminário com a presença desses professores, especialistas na questão agrária, foi bastante significativo para os debates e pesquisas que vêm sendo desenvolvidas durante o Curso de Especialização, que busca aliar o estudo do Direito Agrário e seus fundamentos teóricos com as práticas dos agentes pastorais em suas situações de trabalho, que se dá em diferentes municípios de quinze estados.



Foto: Mariana Vidal - CPT Nordeste II

As discussões ocorridas no Seminário envolveram temas como os conflitos e a luta de classes pela terra e dos povos pelo território; a formação da propriedade privada no Brasil; a grilagem e os programas de regularização de terras; a dicotomia entre a terra como provedora da vida e a particularidade da terra como mercadoria; a atual estrutura agrária brasileira, os impasses da reforma agrária, a contra-reforma e os reconhecimentos de territórios tradicionais; os conflitos recentes no campo, a reiterada violência, a função social da propriedade, entre outros. Esses temas foram permeados pela discussão das leis regulamentadoras do Direito Constitucional, Civil, Agrário e Ambiental, e pelas jurisprudências afins no Judiciário.

Relacionados a estes, outros temas mais específicos com os quais os agentes pastorais estão lidando: territórios pesqueiros, parques de energia eólica no Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia; territórios indígenas e

quilombolas em sobreposição a unidades de conservação; assassinatos e outras injustiças contra camponeses, entre outras questões que abrangem o direito das populações envolvidas em conflitos procedentes de disputas fundiárias, defesa do meio-ambiente e defesa de Direitos Humanos.

Aprensivos, vivemos os tempos atuais em que, por um lado, o Direito se diversifica e se entrecruza, entre as antigas e novas situações de nossa sociedade, nos campos e florestas e nas cidades. E, por outro lado, o Direito é afrontado entre gabinetes e ruas da jovem e sofrida República. Neste contexto, o Curso e o Seminário de Direito Agrário oportunamente vieram lançar luzes sobre os processos populares de luta, no cotidiano e nos grandes embates, lutas estas que são a única esperança de que o Direito vença sobre a barbárie.

*Aluna do Curso de Especialização em Direito Agrário e agente do Serviço Pastoral do Migrante – SPM.

Foto: CPT Alagoas



Feira Solidária à CPT em Alagoas

ANTÔNIO CANUTO*

Em Alagoas a CPT é uma presença destacada no cenário do estado. Durante o ano realiza diversas Feiras Camponesas, promovendo a comercialização dos produtos da reforma agrária das comunidades que ela acompanha. São 663 famílias em 15 comunidades na região zona da mata, 335 famílias em 10 comunidades no litoral norte e 364 famílias em 11 comunidades no sertão. Outra atividade da maior importância é, em parceria com o Movimento de Educação de Base, o projeto de alfabetização de 1.200 camponeses e camponesas.

Reconhecendo a importância do trabalho que a CPT desenvolve nas comunidades e, para garantir que este trabalho tenha continuidade, os agricultores das comunidades do litoral, sertão e da região da zona da mata, ofereceram produtos de suas roças para a realização de uma Feira Solidária em apoio à CPT. Quer dizer, o resultado da comercialização dos produtos desta feira será revertido para manter o trabalho de acompanhamento e formação nas áreas onde a CPT atua.

Esta Feira Solidária aconteceu entre os dias 10 e 12 de março na Praça da Faculdade, em Maceió. Nesta feira se pôde ver o funcionamento de uma casa de farinha, se alimentar com deliciosas comidas da roça, tanto no restaurante, quanto no bar. E as noites foram animadas com shows culturais de artistas apoiadores da luta pela democratização da terra e por justiça social.

Outra atividade que acontece todos os anos, em agosto, em Maceió, é a janta italiana, promovida pela associação Pachamama de Torino, Itália, um grupo solidário de Turim, que apoia trabalhos da CPT no estado.

*Secretário da coordenação nacional da CPT e Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

8 DE MARÇO

Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas mobilizou mais de 30 mil

Em 22 estados do Brasil, mais de 30 mil mulheres se manifestaram contra o capital e em defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora.

A Jornada Nacional de Luta das Mulheres, esse ano, foi realizada em 22 estados e chamou a atenção para a ação do capital internacional na agricultura brasileira, para o impacto do modelo destrutivo do agronegócio no meio ambiente e as constantes ameaças desse modelo à soberania alimentar do nosso país. Elas denunciaram, ainda, a impunidade no caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, que esse ano completa 20 anos sem que nenhum dos acusados esteja preso. Além disso, em diversos estados, manifestações também pautaram os retrocessos nos direitos das trabalhadoras, se colocando contra a anunciada reforma da previdência.

Empresas de agrotóxicos, da mesma forma, também foram alvo de protestos. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2009. Uma pesquisa recente da Universidade de Brasília concluiu que, na hipótese mais otimista, 30% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são impróprios para o consumo somente por conta de contaminação por agrotóxicos.

No **Pará**, cerca de 500 mulheres do MST realizaram uma marcha até a portaria da Floresta Nacional de Carajás (FLONACA), onde há mais de 30 anos a mineradora Vale está instalada. No entanto, as mulheres foram recebidas pela polícia com bombas de gás e bastante truculência. Pelo menos 10 manifestantes foram feridas e seis manifestantes presos.

O rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, localizada em **Mariana (MG)** também foi lembrada. Cerca de 1500 Mulheres Sem Terra da região sudeste ocuparam as dependências da mineradora Samarco-Vale, travando as estradas, os trilhos e toda extração do Complexo de Mariana. A manifestação ocorreu nos arredores da Barragem de Fundão, que rompeu e derramou um mar de lama, devastando cidades e todo o leito do Rio Doce.

No **Paraná**, cerca de cinco mil trabalhadoras Sem Terra realizaram



Foto: MST

uma ação relâmpago nas dependências da empresa Araupel, em Quedas do Iguaçu, região centro do estado. As mulheres destruíram as mudas de eucalipto e pinus para denunciar os impactos desse modelo de monocultivo para o meio ambiente.

Em **Sergipe**, aproximadamente duas mil mulheres do campo e da cidade, saíram às ruas de Aracaju em um ato unificado, para afirmar a luta pela democracia e a garantia dos direitos das mulheres conquistados nos últimos anos. Ao final do ato, as mulheres camponesas organizadas no MST e nos territórios da cidadania, seguiram em caminhada até a superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), levando a pauta da luta pela democratização dos meios comuns (terra, água e sementes), e por um modo de viver agroecológico.

Em **Santa Catarina** foram realizadas marchas e manifestações nos municípios de Chapecó, Lages e São Miguel do Oeste.

No **Tocantins** mais de 200 mulheres da Via Campesina ocuparam o Ministério da Agricultura. Elas pediram a saída da ministra Kátia Abreu do comando do MAPA. A polícia militar do estado agiu de forma truculenta e agres-

siva contra militantes de movimentos que participavam da ação, entre eles o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pastoral da Terra e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Em Nota, os movimentos sociais exigiram das autoridades e órgãos competentes respostas concretas frente ao acelerado aumento da violência que atinge camponeses e camponesas, sobretudo os Sem Terra e os movimentos sociais no estado do Tocantins, ações que tendem a intensificar.

No **Distrito Federal**, cerca de 500 Mulheres do MST-DF e entorno ocuparam o Complexo Jardim da Fazenda Santa Clara, próximo à Unai (MG). A fazenda possui cerca de nove mil hectares de terras griladas. Também 300 mulheres ocuparam a fazenda Sálvia, localizada em Sobradinho (DF). A área pertence à União e as mulheres exigiam que ela fosse destinada à Reforma Agrária. Cerca de mil integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e MST-DF e entorno realizaram uma marcha contra a retirada de direitos da classe trabalhadora do campo e da cidade. A mobilização aconteceu no município de Formosa (GO), distante 80 km de Brasília.

No **Espírito Santo**, cerca de

duas mil mulheres de diversos movimentos sociais do campo e da cidade marcharam em direção ao palácio da Fonte Grande, no centro de Vitória. As manifestantes ainda ocuparam o Palácio do Governador e a Secretaria da Previdência para protestar contra a reforma da previdência.

Já no **Ceará**, cerca de 600 mulheres Sem Terra e urbanas ocuparam o palácio do governo. A Polícia Militar reagiu ao protesto com truculência e sprays.

Em **Alagoas**, sindicatos, partidos políticos, movimentos populares e de luta pela terra realizaram uma grande marcha pela cidade de Maceió, em defesa dos direitos das mulheres, contra o golpe e pela democracia. As camponesas ocuparam as agências do INSS em diversos municípios do estado, além das prefeituras de Atalaia, de Olho d'Água do Casado, Delmiro Gouveia e de Girau do Ponciano, em protesto contra a retirada de direitos dos trabalhadores e a anunciada reforma da previdência.

No **Mato Grosso**, 300 mulheres Sem Terra ocuparam a sede da indústria Nortox, instalada no município de Rondonópolis, para denunciar o impacto que a instalação da fábrica vai causar à população do estado. A polícia esteve no local e, segundo as camponesas, a segurança da empresa usou jatos d'água de caminhões-pipa e cachorros contra a manifestação.

No **Mato Grosso do Sul**, cerca de 400 mulheres trancaram a rodovia MS-162, entrada do município de Maracaju.

No **Rio de Janeiro**, mulheres do MST e do MAB protestaram contra a Vale do Rio Doce. O ato também contou com a participação de outros movimentos sociais e sindicais.

Foram realizadas ações, ainda, em Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão.



PARAGUAI

Matança de Curuguaty foi planejada pelos herdeiros políticos de Stroessner

Na Cúpula Social do Mercosul, realizada em janeiro, em Assunción, Paraguai, o advogado Amélio Sisco denuncia “torturas e execuções de camponeses no Paraguai”. Segundo ele, “a matança de Curuguaty, onde morreram 17 pessoas, 11 camponeses e seis policiais, foi planejada pelos herdeiros políticos de Alfredo Stroessner. O objetivo das torturas e

execuções dos sem-terra era inviabilizar a reforma agrária e a luta dos movimentos sociais no Paraguai”. Integrante da equipe de defensores dos camponeses colocados pela “justiça” paraguaia no banco dos réus, Amélio Sisco disse que durante o julgamento, os sem-terra cumprirão prisão domiciliar, com exceção de Rubén Villalba, preso em Tacumbú, na capital.

O massacre de Curuguaty ocorreu após o “confronto” entre 324 policiais fortemente armados e 60

camponeses – metade deles mulheres, crianças e idosos – no dia 15 de junho de 2012. O sangue derramado pela Polícia Nacional e a GEO (Grupo Especial de Operações) – treinado por militares estadunidenses e por técnicos da CIA-, abriu caminho para o impeachment do presidente Fernando Lugo uma semana depois. Com a presença de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, a Cúpula Social do Mercosul defendeu “a ime-

diata libertação dos presos políticos de Curuguaty”. As terras em questão foram griladas pela família de Blas Riquelme, ex-presidente do Partido Colorado - o mesmo do ditador Alfredo Stroessner, que governou o país com mão de ferro durante 35 anos, entre 1954 e 1989 - e o promotor do caso é Jalil Rachid, filho de Blader Rachid, também ex-presidente do Partido Colorado.

*Trechos de matéria da Carta Maior

VENEZUELA

Oposição venezuelana quer revogar lei de terras aprovada por Hugo Chávez

Assim que conquistou a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional da Venezuela, os opositores ao governo de Nicolás Maduro, já começaram a anunciar medidas para desfazer, principalmente, os programas sociais criados por Chávez. A mais recente ameaça refere-se à Lei de Terras, aprovada em 2001, pelo então presidente, com a finalidade de tentar acabar com o latifúndio e tentar realizar uma reforma agrária de fato no país. Julio Borges, um dos parlamentares opositores, defende que a lei deve ser reformulada ou extinta, segundo ele, pois ela “não garante segurança jurídica aos agricultores”. Entre os principais objetivos com essa ação, estariam novamente privatizar todas as empresas agrícolas e terras recuperadas pelo Estado, que estiveram por várias décadas em poder dos latifundiários. Uma comitiva com alguns desses opositores esteve em São Paulo, em fevereiro último, para realizar reuniões e conseguir apoio para sua plataforma política, que defende além da revogação da Lei de Terras, uma nova Lei de Sementes e, também, de Mídia.

Líder de Movimento Popular em Honduras é assassinada

Berta Cáceres, líder indígena, representante durante mais de vinte anos do Conselho Cívico de Organizações Populares e indígenas de Honduras (Copinh), foi assassinada, na madrugada de 3 de março, enquanto dormia em sua casa em La Esperanza, Intibucá, a 188 km de Tegucigalpa, por mãos de homens armados “desconhecidos”. Além de ter sido uma férrea defensora dos direitos do movimento camponês e indígena hondurenho, Berta Cáceres se destacou como lutadora social tanto no âmbito regional como continental, em defesa da justiça social e ambiental, em particular na resistência aos mega projetos de mineração e hidrelétricos.

Além de identificar com clareza os Tratados de Livre Comércio como parte de uma mesma engrenagem que assegura a impunidade às empresas transnacionais, Berta lutou por mais cuidado com a saúde, pela terra e contra o patriarcado e a violência. Se opôs ao golpe de Estado de 28 de junho de 2009, já que para o Copinh o golpe colocou um instrumento de violência a serviço das empresas transnacionais, para o saqueio dos bens comuns e a repressão contra as organizações sociais que se opuseram.

Em abril de 2015, recebeu o prêmio Goldman, um dos mais



Foto: Prachatai

prestigiosos do mundo relacionados a temas ambientais, outorgado por sua colaboração em defesa do território Lenca, ameaçado pelas consequências nefastas e pela violência da construção do Projeto hidroelétrico Água Zarca, da transnacional chinesa Sinohydro e da empresa hondurenha Desarrollo Energético SA (Desa). Berta era mãe de quatro filhas e devido a medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) deveria estar sob proteção especial por parte do governo hondurenho.

Em repetidas ocasiões a líder hondurenha denunciou ter recebido

ameaças de morte. 11 ambientalistas foram assassinados em Honduras entre 2002 e 2014, segundo relatório da ONG inglesa Global Witness. Isso coloca Honduras como o país com o índice mais alto de violência entre os 17 países analisados. Segundo a ONG hondurenha ACE-Participa (Associação para a participação cidadã em Honduras), mais de 90% dos assassinatos e abusos dos direitos humanos dos defensores em Honduras continuam sem solução.

* Trechos de matéria do site Rios Vivos

PÁGINA BÍBLICA

Jesus é a Palavra de Deus

Na edição anterior concluímos nossa reflexão sobre o Antigo Testamento. A partir de agora vamos trilhar os caminhos do Novo Testamento. Jesus é a Palavra do Pai e através desta Palavra é que se pode entender a palavra do Antigo Testamento. Vamos acompanhar Sandro em suas reflexões

SANDRO GALLAZZI*

Temos sempre a preocupação de compararmos alguns textos bíblicos com outros textos bíblicos para vermos o texto a partir do conflito que o gerou.

Encontramos, assim, textos contraditórios e antagônicos que não podem ser harmonizados: consta na Bíblia que a mulher é má, mas também consta que a mulher é boa. Como saber qual a verdade?

A única e definitiva Palavra de Deus é Jesus Cristo.

Tudo que está na Bíblia é Escritura Sagrada, tudo. Eventualmente há discussão para saber se um ou outro livro deve entrar na lista dos livros sagrados ou não.

Mas a Palavra de Deus é Jesus Cristo, a Palavra que se fez carne. Segundo os profetas, ele é a palavra que se converterá em sinal de contradição. Jesus será sinal de contradição e será o último e definitivo critério para crer e para ler o Antigo Testamento (cf. Jo 1,14; Lc 2,34).

O Deus que Jesus Cristo vai assumir, revelar e transmitir é o verdadeiro Deus. A Palavra do Antigo Testamento que Jesus vai assumir e viver é a verdadeira. A que não é verdadeira será rejeitada por ele. Portanto, é necessário olhar para Jesus.

Eu creio que a vinda de Jesus, no momento em que se corria o risco de esquecer o verdadeiro Deus, foi fundamental.

O templo estava substituindo o verdadeiro Deus da liberdade pelo Deus das leis, e Deus Pai pelo Deus Juiz, o Deus dos pobres pelo Deus dos ricos.

É importante então olhar para Jesus e suas opções.



O lugar de Jesus

Nazaré

Jesus passou 30 anos de sua vida sem fazer nada digno de ser mencionado, digno de ser narrado. Foi esta a primeira grande opção de Jesus. Muita gente fica intrigada com esses 30 anos de silêncio de Jesus. O que fez ele durante esses 30 anos?

Alguns textos que não estão na Bíblia - os chamados apócrifos - foram escritos para dizer o que Jesus fez nesses 30 anos, inventando coisas, às vezes, até engraçadas. Nos quatro Evangelhos, há apenas uma página de Lucas que nos conta que, quando tinha doze anos, Jesus foi ao templo. (cf Lc 2,41-50)

O que ele fez nestes 30 anos foi a lição mais importante que nos deu: deixar bem claro QUAL É O LUGAR DE DEUS.

Jesus vive em Nazaré, no interior, no Norte, na Galiléia, na terra do latifúndio greco-romano, perto

de Séforis, uma cidade romana muito importante. E no meio dos desempregados que perderam suas terras e hoje são obrigados a ficar nas praças esperando que alguém os contrate para algum serviço (cf. Mt 20,1-16).

Fica lá trabalhando e vivendo como todos os pobres da Galileia por 30 anos. Ele fica lá para deixar bem claro que o lugar de Deus é o pobre. Lá está Jesus. Nós só podemos entender Jesus a partir do lugar que ele ocupou. É esta a mensagem mais importante e a chave de leitura de tudo que Jesus vai fazer: é o lugar, os pobres.

Fora dos povoados

Na conclusão do primeiro capítulo do seu Evangelho, Marcos conta que um leproso aproximou-se dele, dizendo: “Senhor se quiseres, podes curar-me”. Jesus aproximou-se dele, tocou-o e ele ficou curado. Um gesto proibido pela lei que obrigava os leprosos a viverem fora da cidade, em lugares desertos. Ninguém podia tocá-los, porque também passava a ser impuro. (cf Mc 1, 40-45)

Por isso é interessante o último versículo quando diz: “Mas o homem, logo que se foi, começou a propagar e divulgar tanto a notícia, que Jesus já não podia entrar publicamente nas cidades. Ficava fora, em lugares desertos. Mesmo assim vinham procurá-lo de toda parte” (Mc1,45).

Ele tocou o leproso e, pelas leis de Moisés, ficou contaminado. Ele tocou o leproso, devolveu-o à sociedade e ficou ele próprio no lugar do leproso. Jesus não pode mais entrar na cidade. Tem que manter-se em lugares afastados, até provar que não foi contagiado pela doença.

E o povo ia a ele. O novo centro para o qual o povo vai dirigir-se, vai caminhar, é Jesus que ficou no lugar do leproso. É o lugar de Deus.

À margem do mar

Mar, na simbologia hebraica é o lugar do mal, do império.

Mar que os romanos chamavam orgulhosamente “mar nosso”, mar que era sulcado pelos navios cargueiros que levavam a produção dos trabalhadores para ser comercializada em todas as cidades livres, em todos os mercados.

“Carregamento de ouro e prata, pedras preciosas e pérolas, linho fino e púrpura, seda e escarlata, todo tipo de madeira perfumada, objetos de marfim, objetos de madeira preciosa e de bronze e ferro e mármore, canela, perfumes e aromas, mirra e incenso, vinho, azeite e flor de farinha, animais de carga e ovelhas, cavalos e carros, escravos e servos”. (Ap 18,12-13)

Tudo era vendido, tudo era comprado, até os escravos eram mercadoria. O mar com sua fome provocou o surgimento do latifúndio escravista, tirando a terra dos camponeses e transformando-os em escravos ou em mendigos.

Os romanos, donos do mar, queriam levar da Galileia carregamentos de trigo, vinho e azeite. Por isso expulsaram os antigos camponeses e entregaram as terras deles a herodianos e saduceus, seus aliados e títeres na Palestina.

Palestina é o nome desta terra vista a partir do mar, a partir do comércio. O que interessava aos romanos eram opostos, as cidades do mar, dos filisteus, que estavam integrados ao sistema comercial romano. Por isso terra dos filisteus, Palestina, e não mais Canaã, nem Israel. Uma forma sutil de humilhação.

CAMPANHA CPT 40 ANOS

A CPT em Campanha

THIAGO VALENTIM*

São 40 anos de existência! São 40 anos em defesa da terra e da gente da terra. Muitas histórias para contar de momentos e conquistas importantes. Não foi fácil chegar até aqui, mas chegamos. E precisamos continuar. O momento atual nos diz que precisamos continuar, o sentimento interior de que ainda temos muito o que contribuir com o povo diz que temos que continuar, os camponeses e camponesas dizem que devemos continuar. Mas a CPT quer ser uma presença qualificada junto às comunidades que acompanha. Não quer estar de qualquer jeito. Por isso, lançaremos em junho e julho de 2016 uma Campanha de mobilização de recursos.

A Pastoralidade

A CPT é um serviço pastoral. Servidora junto aos povos campo, das águas e das florestas, coloca-se em atitude de cuidado para com as pessoas e a natureza, combatendo tudo o que ameaça a vida e favorecendo o protagonismo popular. Sua missão é evangélica e baseia-se no projeto de salvação de Jesus de Nazaré, a partir das pessoas empobrecidas e suas necessidades. É profética, pois não se cala diante de tudo o que contraria o projeto de Deus e anuncia tempos novos. É ecumênica, pois se destina a todas as pessoas, independente de sua crença, e macro ecumênica, pois se preocupa com as pessoas, suas relações entre si e com a natureza criada.

A luta dos povos da terra, das águas e das florestas

A Campanha dos 40 anos também quer dar visibilidade à história de comunidades acompanhadas, às conquistas e lutas dos povos do campo, suas reivindicações, seus modos de vida, como forma de contribuir para um maior engajamento pessoal e coletivo em defesa da vida e na constru-



ção de um mundo melhor, a partir das experiências e ensinamentos destes povos, cujas culturas foram oprimidas e marginalizadas na história. Se os povos estão lutando, a CPT torna-se companheira nas lutas. E estas lutas precisam ser conhecidas pela sociedade brasileira e internacional, pois são reveladoras de uma forte realidade de negação e violação dos direitos humanos, de conflitos e violências, mas também de muitas conquistas e concretização de processos alternativos de vida.

A mobilização de recursos

A Campanha dos 40 anos se insere dentro do projeto de sustentabilidade da CPT. Entendemos esta sustentabilidade para além de sua dimensão financeira, mas também nas dimensões humana, pastoral e política. Contudo, toda organização possui necessidades financeiras para continuar existindo e realizar um mínimo de trabalho. A CPT realiza sua missão mesmo com poucos recursos, pois não se prende ao financeiro para atuar. Porém, a falta de recursos financeiros ou a diminuição deste limita sua ação. Desde sua criação, a CPT é mantida principalmente com o apoio da chamada Cooperação Internacional, que nos últimos anos têm migrado sua contribuição financeira para outros países, por diversos motivos. Somos gratos às agências de coopera-

ção por todo o apoio à CPT até aqui e ainda continuam apoiando, mas faz-se necessário empenharmos esforços em outras formas de captação de recursos financeiros.

Esta é uma Campanha direcionada para a sociedade, para dentro das Igrejas e para os agentes da CPT. É nesta intenção que decidimos realizar a Campanha dos 40 anos em junho e julho de 2016. Faremos a divulgação da Campanha nas redes sociais e nos diversos eventos (encontros, seminários, fóruns, romarias, atos públicos, etc) durante este período. Cada pessoa que acredita nas causas que a CPT apoia e quer contribuir para a continuidade de suas ações, é chamada a dar sua contribuição financeira, mas também a divulgar a Campanha, a sensibilizar outras pessoas e, inclusive, participar das atividades da CPT.

Algumas datas, nestes dois meses, serão fundamentais para dar visibilidade à Campanha:

- 1) O lançamento da Campanha: Em nível nacional e nos regionais, no início de junho de 2016, algumas atividades serão realizadas para lançar a Campanha e convidar a sociedade para participar;
- 2) 22 de junho de 2016: dia em que comemoramos a fundação da CPT. Além de ser um dia de estudo e de cele-

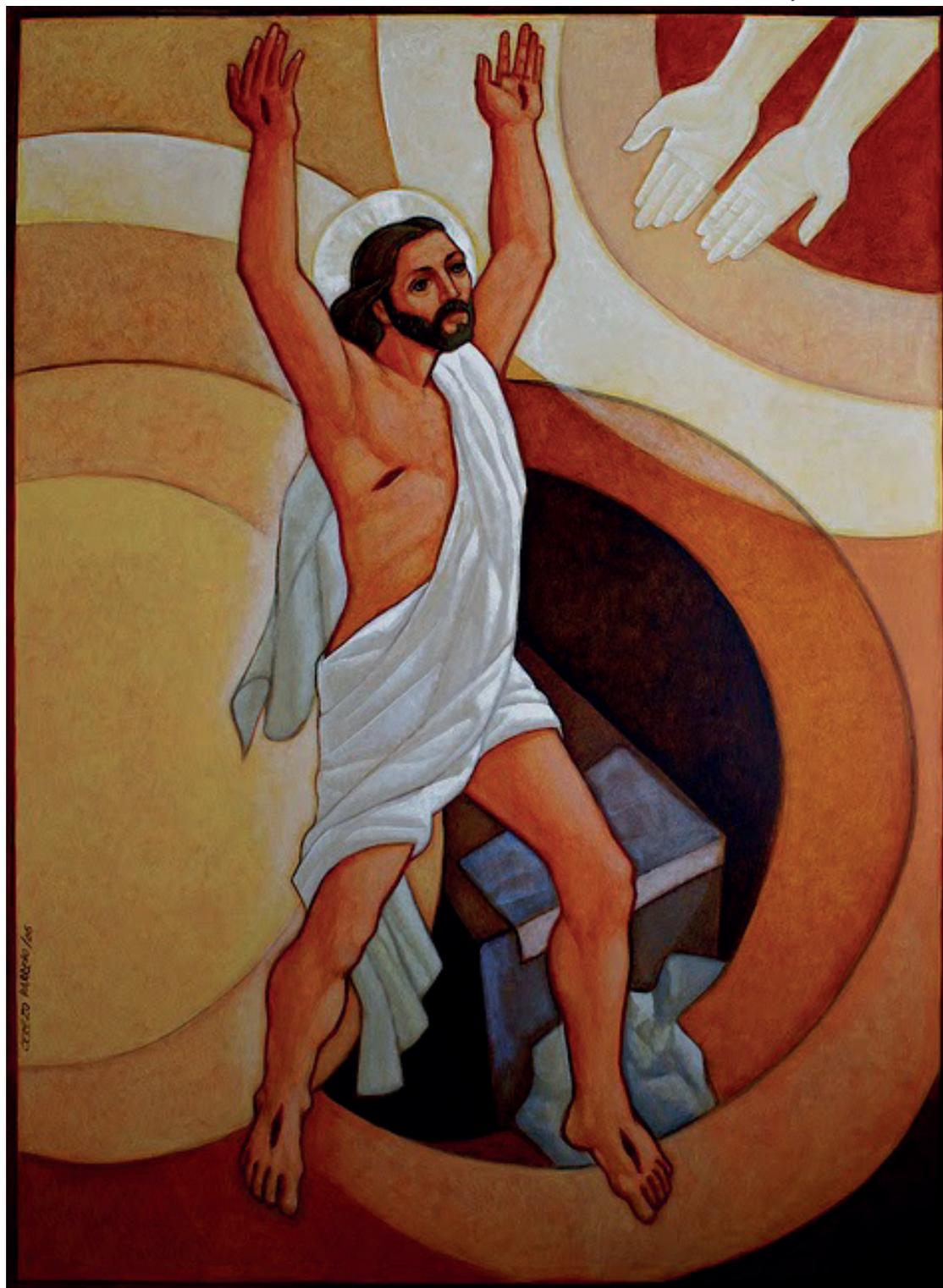
bração, este ano será um dia de intensificação da Campanha, com atividades que deem visibilidade e sensibilizem pessoas a participarem;

- 3) 25 de julho de 2016: dia do trabalhador e da trabalhadora rural. Atos, caminhadas, celebrações já acontecem neste dia por todo o país. A CPT, presente nestas atividades, também intensificará a mobilização de recursos neste dia, participando das atividades já programadas e/ou planejando outras, a fim de celebrar a vida e o trabalho do povo do campo, bem como divulgando a Campanha.

Quanto mais pessoas conhecerem a Campanha, mais possibilidades teremos de mobilizar uma quantidade maior de recursos financeiros para a continuidade das ações da CPT. Por isso, a participação e empenho de todos os agentes, nas equipes, nos secretariados regionais e nacional, nas comissões de trabalho é fundamental para o êxito da Campanha. A solidariedade de organizações parceiras, pastorais, movimentos sociais, ONGs também será muito importante. Contamos com a contribuição de pessoas ligadas à academia e outras instituições de pesquisa, que frequentemente utilizam dados da CPT em seus trabalhos e contribuem nas ações. Precisamos fazer chegar a Campanha também nas comunidades acompanhadas, que podem contribuir de diversas formas, reconhecendo aqui que trabalhadores e trabalhadoras destas comunidades sempre se mostram solidários com as necessidades da CPT.

Estamos em Campanha. Participe! Divulgue! Mobilize! Contribuir com a CPT é fazer parte da luta. Sua participação é muito importante.

Ilustração de Cerezo Barredo



Páscoa

Quem vai tirar para nós a pedra da entrada do túmulo? (Mc 16,3) era a preocupação das mulheres no dia seguinte à morte de Jesus.

Quem vai tirar as pedras que impedem a justiça se manifestar? Até quando vamos ver a injustiça vencer?

A condenação e morte de Jesus são a expressão da injustiça presente na vida do povo.

A ressurreição é a resposta. A vida que vence a morte é a manifestação da JUSTIÇA de Deus (Rm 3.25)

Que a Páscoa deste ano da misericórdia 2016 alimente nossa fé e assegure a JUSTIÇA DE DEUS, é o que lhes deseja a Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA